

Ata da Vigésima Sexta Sessão Ordinária, do Quarto ano da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos treze de novembro de dois mil e doze, às dezenove e trinta horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri. Vice-Presidente Sr. Fábio Augusto Pina. Secretários Srs. Rubens das Virgens e Alfredo Chiavegato Neto. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Derli Antonio Vicentin para proferir o seguinte texto: Salmo 128 (127): “Feliz quem teme o Senhor e anda em seus caminhos! Você comerá do trabalho de suas próprias mãos, tranquilo e feliz. Sua esposa será como vinha fecunda, na intimidade do seu lar. Seus filhos, rebentos de oliveira, ao redor de sua mesa. Essa é a bênção para o homem que teme o Senhor. Que o Senhor abençoe você desde Sião, e você veja a prosperidade de Jerusalém todos os dias de sua vida. Que você veja os filhos de seus filhos. Paz sobre Israel!”. A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Derli Antonio Vicentin, Edison Cardoso de Sá, Gerson Antonio, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, III, do Regimento Interno, combinado com o Art. 24, inciso III, § 2º da Lei Orgânica do Município, o Senhor Fábio Augusto Pina. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, foi colocada em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria constante do Expediente: primeiramente, o Sr. Edison Cardoso de Sá pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura do projeto, dos Requerimentos e das Indicações dos Senhores Vereadores, bem como das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Dos Senhores Vereadores foram lidas as ementas das seguintes proposições: Projeto de Resolução da Mesa Diretora da Câmara Municipal, que dispõe sobre a concessão de Cesta Natalina aos servidores da Câmara Municipal, depois de lida, foi o referido projeto encaminhado para as

Comissões Permanentes para parecer; Requerimentos: 1. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informar porque até o momento não chegou nesta Câmara, o projeto de lei concedendo Cesta de Natal aos servidores públicos municipais, entre outras questões; 2. Dos Srs. Gerson Antonio (Gerson do Gás), Alfredo Chiavegato Neto e Derli Antonio Vicentin solicitando ao Plenário, a criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) com a finalidade de investigar a diminuição dos subsídios, aprovados por lei, destinados às entidades sociais de Jaguariúna; 3. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informar porque até o momento essa Prefeitura não encaminhou para a Casa, projeto de lei de convênio com o IEJ a fim de conceder 500 Bolsas do Programa Municipal “Universidade para Todos”, entre outra questão; 4. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informar quando será encaminhado para apreciação deste Legislativo, competente projeto de lei visando conceder subvenção às entidades que especifica, com recursos provindos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaguariúna (FMDCAJ); 5. Do Sr. Gerson Antonio (Gerson do Gás) solicitando ao Tabelião de Notas e Protestos Letras e Títulos da Comarca de Jaguariúna – Doutor Matheus Trevisan Carriel, para que conceda as cópias de todos os protestos realizados contra a Prefeitura Municipal de Jaguariúna no ano de 2012; 6. Do Sr. Gerson Antonio (Gerson do Gás) solicitando ao Senhor Doutor Juiz Cleverson de Araújo do Cartório Eleitoral de Pedreira, para que conceda as cópias dos Planos de Governo dos candidatos a Prefeitos de Jaguariúna, protocolados no Cartório Eleitoral. Indicações: 1. Do Sr. Derli Antonio Vicentin solicitando ao Executivo Municipal construção de uma plataforma de embarque e desembarque no ponto de ônibus central, localizado na Praça Umbelina Bueno; 2. Do Sr. Derli Antonio Vicentin solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na Avenida Rinaldi, altura da Praça Santo Serafim, no Jardim Europa. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Comunicado nº 000239/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 17.865,00; 2. Comunicado nº 000763/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 223.036,31; 3. Comunicado nº 002672/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 74.977,08; 4. Comunicado nº 005178/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 75.735,00; 5. Ofício Circular Externo/MDS/SNAS/DEFNASS/CGEOF/ nº 49/2012 do Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre liberação de verba ao Município, de janeiro a setembro, no valor de R\$ 9.496,25; 6. Ofício Circular Externo/MDS/SNAS/DEFNASS/CGEOF/ nº 50/2012 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre liberação de verba ao Município, de janeiro a setembro, no valor de R\$ 16.284,16; 7. Ofício Circular Externo/MDS/SNAS/DEFNASS/CGEOF/ nº 52/2012 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre liberação de verba ao Município, de janeiro a setembro, no valor de R\$ 21.737,51; 8. Ofício Circular Externo/MDS/SNAS/DEFNASS/CGEOF/ nº 53/2012 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre liberação de verba ao Município, de janeiro a setembro, no valor de R\$ 15.797,71; 9. Ofício JAGUARPREV nº 069/2012 da Diretora-Presidente do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Jaguariúna - JaguarPrev, dando resposta ao Requerimento nº 080/2012 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando à Presidente da JaguarPrev informações do motivo de ter sido solicitado aos funcionários da Prefeitura o cadastramento naquela Autarquia; 10. Ofício P - 035/2012 – Circular – do Presidente do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, convidando para Cerimônia de Entrega do 6º Prêmio Ação pela Água – 2012, dia 27 de novembro de 2012, a partir das 19h00, no Espaço Le Blanc, em Americana/SP; 11. Ofício nº 09/2012 da ONG “Trilhos do Jequitibá”, encaminhado ao Vereador Alfredo Chiavegato Neto, solicitando subvenção para a referida ONG no Orçamento Municipal, para que a mesma possa continuar a desenvolver seus projetos ambientais no Município. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informar porque até o momento não chegou nesta Câmara, o projeto de lei concedendo Cesta de Natal aos servidores públicos municipais, entre outras questões; em votação o mesmo obteve o seguinte resultado: quatro votos favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Derli Antonio Vicentin, Gerson Antonio e Rubens das Virgens e quatro contrários dos Srs. Edison Cardoso de Sá, Karina Valéria Rodrigues, Nalva Vieira Gama e Rainero Venturini. Obtendo empate, o Sr. Presidente teve direito a voto, em conformidade com o art. 23, II, “i”, 4 do Regimento Interno, o qual foi contrário ao referido requerimento, sendo assim, o mesmo foi rejeitado por cinco votos contrários, sendo quatro favoráveis; a seguir dos Srs. Gerson Antonio (Gerson do Gás), Alfredo Chiavegato Neto e

Derli Antonio Vicentin foi lido Requerimento, baseado no inciso II e do § 1º, ambos do Art. 181 do Regimento Interno, solicitando a retirada do Requerimento dos Srs. Gerson Antonio (Gerson do Gás), Alfredo Chiavegato Neto e Derli Antonio Vicentin solicitando ao Plenário, a criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) com a finalidade de investigar a diminuição dos subsídios, aprovados por lei, destinados às entidades sociais de Jaguariúna, pelos motivos expostos na propositura; 3. Requerimento do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informar porque até o momento essa Prefeitura não encaminhou para a Casa, projeto de lei de convênio com o IEJ a fim de conceder 500 Bolsas do Programa Municipal “Universidade para Todos”, entre outra questão, em votação o mesmo obteve o seguinte resultado: quatro votos favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Derli Antonio Vicentin, Gerson Antonio e Rubens das Virgens e quatro contrários dos Srs. Edison Cardoso de Sá, Karina Valéria Rodrigues, Nalva Vieira Gama e Rainero Venturini. Obtendo empate, o Sr. Presidente teve direito a voto, em conformidade com o art. 23, II, “i”, 4 do Regimento Interno, o qual foi contrário ao referido requerimento, sendo assim, o mesmo foi rejeitado por cinco votos contrários, sendo quatro favoráveis; 4. Requerimento do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri e Outros solicitando ao Executivo Municipal informar quando será encaminhado para apreciação deste Legislativo, competente projeto de lei visando conceder subvenção às entidades que especifica, com recursos provindos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaguariúna (FMDCAJ), em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento do Sr. Gerson Antonio (Gerson do Gás) solicitando ao Tabelião de Notas e Protestos Letras e Títulos da Comarca de Jaguariúna – Doutor Matheus Trevisan Carriel, para que conceda as cópias de todos os protestos realizados contra a Prefeitura Municipal de Jaguariúna no ano de 2012; em votação o mesmo obteve o seguinte resultado: quatro votos favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Derli Antonio Vicentin, Gerson Antonio e Rubens das Virgens e quatro contrários dos Srs. Edison Cardoso de Sá, Karina Valéria Rodrigues, Nalva Vieira Gama e Rainero Venturini. Obtendo empate, o Sr. Presidente teve direito a voto, em conformidade com o art. 23, II, “i”, 4 do Regimento Interno, o qual foi contrário ao referido requerimento, sendo assim, o mesmo foi rejeitado por cinco votos contrários, sendo quatro favoráveis; 6. Requerimento do Sr. Gerson Antonio (Gerson do Gás) solicitando ao Senhor Doutor Juiz Cleverson de Araújo do Cartório Eleitoral de Pedreira, para que conceda as cópias dos Planos de Governo dos candidatos a Prefeitos de Jaguariúna, protocolados no Cartório

Eleitoral, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a senhores Vereadores, que quisessem fazer uso por oito minutos, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomou a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto, que cumprimentou a todos e parabenizou a presença do Zidani na Casa, dizendo que ele era o futuro colega de todos, e agradeceu a presença dele; disse, também, que ele tinha ficado surpreso naquela noite com a votação dos colegas aos requerimentos, e que ele não tinha pensado que uma simples informação para saber porque até aquele momento a Prefeitura não tinha mandado um projeto de lei e que todo o ano ela mandava para discutirem a cesta de natal dos servidores públicos, que todos os anos deram e não tinha vindo e, talvez, nem viesse porque ele tinha ficado sabendo e, talvez, não viesse a cesta de natal dos servidores públicos; disse que ele estava pedindo uma informação e, infelizmente, os colegas não aceitaram aquele requerimento; e outro requerimento feito por ele era sobre o projeto que distribuía as quinhentas bolsas do PROUNI, e que para fazer todo o processo tinha de começar todo o processo, ele pediu informação e os nobres colegas tinham rejeitado, e ele questionou se não viria o projeto; disse que se não tivesse a bolsa do PROUNI, todo mundo ia perder, e que ele gostaria de saber também, com o requerimento dos protestos que a Prefeitura tinha no Cartório, não tinha sido solicitado o encaminhamento à Câmara (naquele momento houve manifestação na Assembleia) e ele continuou sua fala dizendo que ele só gostaria de dizer que a pedido dos colegas eles retiraram o requerimento da pauta, que ele, o Derli e o Gerson tinham assinado, que solicitava uma CPI contra a Administração Pública, em virtude dos problemas que tinha criado nas Entidades públicas do Município, e que tinham dito a eles que no dia seguinte àquela sessão, estariam pagas as Entidades, através da pressão que os representantes das Entidades tinham feito na Casa, na semana anterior, e que tinham achado dinheiro na Administração e seriam pagas as Entidades no dia seguinte, (naquele momento houve manifestação na Assembleia), continuou sua fala, dizendo que ele gostaria só de saber por que não deram a eles a oportunidade de terem aquela informação, também, e disse ao Gerson que deram um voto de confiança e se não pagassem até o dia seguinte, conseqüentemente, o requerimento deles estaria de novo no Plenário; parabenizou às entidades que lá estiveram na semana anterior para reivindicar o direito que lhes foi dado na Casa, para que continuassem desempenhando um papel vital para a sociedade, então, eles tinham ido lá e exercido o seu papel de cidadania, os Vereadores tinham cobrado do Executivo e, realmente, as entidades seriam beneficiadas; disse,

também, que no início do mandato deles eles tinham batalhado bastante, porque naquele momento a Rádio que estava na Escola das Artes, que naquele dia estava fechada, também, porque estava de férias, disseram que estava de férias (naquele momento houve manifestação na Assembleia), continuou sua fala, dizendo que a Rádio tinha sido transferida do local que ela sempre tinha estado e foi feito de forma sem projeto, sem nada, e naquele dia a ANATEL junto com a Polícia Federal estiveram no Parque Santa Maria autuando a Rádio, diminuindo a categoria dela que era uma classe D de potência de dez mil watts, estavam levando para cinco mil, em virtude de que não tinham projeto junto aos Órgãos Federais, da qual solicitava a transferência da Rádio, enfim, eles poderiam, ainda, sofrer sanções penais com multas, se em trinta dias a Administração não resolvesse o problema; disse que era uma pena e em virtude daquilo, em virtude da falta de dinheiro no Município, e ele estava fazendo de tudo para que, realmente, pudesse fechar no azul, ela mandou muitos funcionários comissionados embora, inclusive, funcionários de carreira que exerciam funções vitais no Município, aqueles funcionários estavam deixando de fazer os seus serviços a contento porque não estavam recebendo a remuneração que sempre recebiam para fazer os serviços junto à Municipalidade, e dizer com isso, porque muita gente estava desmotivada, estava esperando que o ano terminasse para poderem começar uma nova administração com sangue novo e com vontade de realizar muito para a população; disse que estavam, naquele momento, vendo o desmando do Município, e a Secretaria de Transporte que existia perto da FAJ, naquele dia tinham mudado todo mundo correndo, ele achava que tinham feito o despejo lá e todos tiveram que sair de lá (naquele momento houve manifestação na Assembleia), continuou sua fala, dizendo que, a Biblioteca Pública ia mudar de lugar, porque estava para ser despejada, porque não pagavam o aluguel e estava na Casa a proprietária para poder falar, e se era algo que o Município tinha de ter, qualquer município no Estado de São Paulo tinha de ter, era uma biblioteca e estava para despejar a Biblioteca Pública por falta de pagamento, e por gente que estava lá para trabalhar e por falta de funcionários receberam hora extra, os Parques Municipais não estavam tendo jogos e quem gostava de futebol não estava tendo jogos porque não tinha gente para abrir os vestiários, cuidar dos campos, enfim, porque não recebia hora extra, então, que olhassem a situação que estavam chegando no final de mandato no Município; deu outro exemplo, falando das festas que aconteciam no Teatro, onde os alunos recebiam decorações e formaturas, não iam ter também no teatro, porque não ia ter gente para operar o teatro, porque tinham sido todos mandados embora; disse que era

triste, que era lamentável eles estarem lá clamando por serviços essenciais, e que aquilo era normal, e que no final da Administração tinha de cortar o que era supérfluo, como uma obra que faltasse terminar, e falando em obras, o Prefeito tinha falado que no dia trinta de novembro, e iam dar o mês inteiro de novembro, que ele entregaria os predinhos lá, e que tinha sido dito em comício, ele tinha falado que dia trinta de novembro ele ia entregar as casas à população e ele esperava que a população soubesse cobrar aquilo que tinha sido prometido em palanque, que no dia trinta de novembro, e tinha sido prometido em palanque, ele ia entregar a tão sonhada, o apartamento ou casa popular, então, ele dizia que serviços essenciais, eles estavam perdendo até os serviços essenciais, pela má administração municipal que tinha assolado o Município nos últimos quatro anos e o preço que a sociedade estava pagando era muito alto, era muito alto e tinha gente, ainda, acreditando que tinha um “Salvador da Pátria” que ia continuar sendo Prefeito, se a grande maioria não queria mais aquele tipo de administração para o Município (naquele momento houve manifestação na Assembleia), continuou sua fala, dizendo que não dava mais para admitir uma administração como aquela; (houve novamente manifestação na Assembleia); a seguir, usaria a palavra os senhores Derli Antonio Vicentin, Edson Cardoso de Sá e Gerson Antonio, que a passaram; tomou a palavra a senhora Karina Valéria Rodrigues, (naquele momento houve manifestação na Assembleia), e ela depois de cumprimentar a todos disse que naquela noite ela sentia falta, naquela sessão, da versão masculina da Mary Poppins, e que Mary Poppins era aquele musical da Broadway que a moça andava com o guarda chuva e que ela, Vereadora, sentia falta da versão masculina naquela noite e ao mesmo tempo ela achava estranho que o senhor Fred não tinha comentado a decisão do Tribunal Superior Eleitoral na ultima semana (naquele momento houve manifestação na Assembleia), continuou sua fala, dizendo que onde Abruwez, também eleito, onde o Juiz depois de uma semana tinha reconsiderado a decisão e falou que até definição do Plenário, o senhor Prefeito Municipal de Jaguariúna era o senhor Gustavo Reis, (naquele momento houve manifestação na Assembleia), continuou sua fala, dizendo que ao mesmo tempo... naquele momento a assembleia não parava com sua manifestação, então o senhor Presidente pediu silêncio, porque senão ele teria de suspender a sessão; a senhora Karina tentou continuar sua fala, mas como não houve silêncio na assembleia, o senhor Presidente suspendeu a sessão naquele momento; decorrido certo tempo para acalmar os ânimos da Assembleia, o senhor Presidente reabriu a sessão, dizendo que ele reabria a sessão colocando algumas informações que eles estavam lá democraticamente, independente de A ou B,

eles tinham de fazer o trabalho deles, tinham alguns fundamentos que ele estavam estudando lá atrás, e ele não queria ter o rigor, de terem uma noite histórica na cidade, pelo lado negativo, o lado democrático ótimo, quando o vereador fosse falar, era para todos escutarem, depois eles reivindicavam, e tudo bem, e pediu para a Guarda Municipal que se faltassem com respeito, dentro do Plenário, ele ia pedir que retirassem a pessoa do Plenário porque eles tinham de trabalhar, qualquer coisa, a responsabilidade naquele momento ele estava passando para a Guarda Municipal, para que eles pudessem encerrar os trabalhos da Casa, e que o intuito deles era trabalhar e ele não queria fazer mal a ninguém, pediu silêncio a todos porque ainda tinham mais três pessoas para falar; a seguir, continuou usando a palavra a senhora Karina Valéria Rodrigues, que mais um vez cumprimentou a todos e voltando à questão das eleições, onde conversando com o Fred e a com a Nalva, e o Fred poderia confirmar, existiam dois pontos reais, e que aquela votação iria para o Plenário, onde eram vários juízes e aquilo se os juízes decidissem que o voto monocrático teria uma nova eleição e em janeiro de dois mil e treze assumiria o Presidente da Câmara Municipal, e ao mesmo tempo existiam três chances, uma aquela, outra que o Plenário definisse que o Gustavo Reis era, o diplomasse em Pedreira e a terceira era que o Plenário definisse que o Tarcisio era o Prefeito, e ela dizia aquilo que era lógico que cada lado ia defender a probabilidade de sua preferência, e aquilo era um fato e no Brasil que constava a ela, e apesar de uma pessoa lhe recomendasse que ela voltasse para a Argentina, ela voltaria quando quisesse, e quem mandava era o Tribunal Superior e estava decidido aquilo, e se em um Governo comesçassem a questionar o Tribunal Superior, daí ficava complicado e, sobre as bolsas, ela deixava claro que se manipulava politicamente algumas questões e como ela estava falando para o Fred que eles iriam votar um projeto de lei que tinha de ir rápido que era do ônibus, que dava o poder ao Prefeito de decidir a tarifa de ônibus e o que ela não entendia e que tinha falado para o Fred naquele momento, era que se ele tinha tanta certeza de que o pai dele seria o Prefeito, qual era o problema daquele projeto de lei, ou seja, era meio contraditório algumas posições, e os bolsistas, porque as pessoas poderiam achar que a Câmara acabaria dentro de duas sessões, e que lembrassem bem, eles poderiam e já tinham tido até no ano passado, sessões até o dia trinta de dezembro, às três da manhã e se tivesse que o projeto de lei dela para as bolsas, para ônibus ou para outras questões, poderia ter votação naquela Casa e tinha tido o ano passado, vinte e sete, vinte e oito, vinte e nove, e três, e começava às sete da noite e terminava às quatro da manhã, então, não poderiam se iludir, e ela achava que ninguém ficaria sem bolsas, ninguém ficaria sem

tarifa de ônibus, social, independente do que acontecia, o que eles não poderiam era criar um caos político partidário e falarem que não iriam ter bolsas, que não ia ter ônibus, que não ia ter isso ou aquilo e, independente do que acontecesse. e ela voltava a repetir que cada um tinha a sua preferência e a sua escolha político partidária, democrática, todo mundo tinha o direito de se expressar, só que não poderia manipular e passar uma resposta para a sociedade de que não iria ter bolsa, não iria ter aquilo, porque eles também e ela tinha falado para o Fred, que poderiam falar que o repasse para as entidades para o próximo ano iria ser menor se ganhasse um ou se ganhasse outro, porque criava um falso moralismo, então, o que eles tinham de entender naquele momento era que, e que a desculpassem o Fred e o senhor Presidente, mas que o futuro da cidade, independente da diferença de voto, não estava mais nas mãos deles, e estava nas mãos de cinco juízes em Brasília e quem falassem o contrário estava mentindo, porque não eram eles que iam definir, se eles concordavam, se não concordavam, se ficavam revoltados, se não ficavam revoltados, o momento jurídico do país era aquele, que quem iria definir quem era o futuro Prefeito de Jaguariúna, e ela não concordava que aquilo acontecia, eram cinco juízes que estavam lá em Brasília, que nunca tinham vindo para Jaguariúna, mas daí eles quererem culpar, o fato era aquele, a Justiça tinha errado por não se definirem antes as eleições e tudo o que acontecia naquele momento era por causa disso e o que ia acontecer era que, e daí ela concordava com o Fred, que a população ficava revoltava porque todo mundo tinha votado, todo mundo tinha ido para as urnas e por questão de leis, e daí não dependia de Tarcisio, de Gustavo, não dependia de ninguém, tinha se definido que a decisão de Jaguariúna e de Paulínia, no Estado de São Paulo, ficava nas mãos de cinco juízes e até aquele dia poderiam brigar, poderiam discutir, só que quem estava ficando feliz naquele momento, era quem vendia os fogos, porque de um lado queimava fogos e de outro também, os advogados que estavam ficando ricos e a população e a cidade que não conseguiam se organizar politicamente para os próximos quatro anos; a seguir, tomariam a palavra os Srs. Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini, Rubens das Virgens e Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, que a passaram. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Derli Antonio Vicentin, Edison Cardoso de Sá, Gerson Antonio, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva

Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, III, do Regimento Interno, combinado com o Art. 24, inciso III, § 2º da Lei Orgânica do Município, o Senhor Fábio Augusto Pina. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: primeiramente, dos Srs. Maria Nalva Vieira Gama, Derli Antonio Vicentin e Rubens das Virgens foi apresentado Requerimento de Urgência Especial para que o Projeto de Resolução da Mesa Diretora da Câmara Municipal, que dispõe sobre a concessão de Cesta Natalina aos servidores da Câmara Municipal, fosse apreciado em Única Discussão, naquela sessão; em discussão e votação, foi o referido requerimento aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Alfredo Chiavegato Neto como relator especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando a leitura do parecer do Relator Especial designado, favorável ao projeto; a seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Resolução nº 002/2012, da Mesa Diretora da Câmara Municipal, que dispõe sobre a concessão de Cesta Natalina aos servidores da Câmara Municipal (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 “a”, § 1º); em discussão e votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 047/2012 do Executivo Municipal, que dá nova redação ao § 2º, do art. 32, da Lei nº 2.025/2010, que dispõe sobre a organização dos serviços de transporte público coletivo de passageiros do Município de Jaguariúna, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 “a”, § 1º). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, de Orçamento, Finanças e Contabilidade, e de Obras, Planejamento, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes, apresentando a seguinte Emenda: “Suprima-se a expressão “§2º, do art. 14 e o” do Art. 1º do Projeto de Lei nº 047/2012, bem como de sua ementa, os quais passam a ter a seguinte redação: Art. 1º - O art. 32, da Lei nº 2.025, de 21 de dezembro de 2010, alterada pelas Leis nºs 2.069, de 16 de dezembro de 2011, e 2.092, de 22 de março de 2012 passa a vigorar a vigorar com a seguinte redação: Art. 32 -; a seguir, o Sr. Presidente suspendeu a sessão para alguns esclarecimentos sobre o projeto; decorrido tempo necessário, o Sr. Presidente reabriu a sessão, colocando em discussão a Emenda: “Suprima-se a expressão “§2º, do art. 14 e o” do Art. 1º do Projeto de Lei nº 047/2012”; Em discussão e votação, a referida Emenda obteve o seguinte resultado na votação: quatro votos favoráveis dos Srs. Alfredo

Chiavegato Neto, Derli Antonio Vicentin, Gerson Antonio e Rubens das Virgens e quatro contrários dos Srs. Edison Cardoso de Sá, Karina Valéria Rodrigues, Nalva Vieira Gama e Rainero Venturini. Obtendo empate, o Sr. Presidente teve direito a voto, em conformidade com o art. 23, II, “i”, 4 do Regimento Interno, o qual foi contrário à Emenda, sendo assim, a mesma foi rejeitada por cinco votos contrários, sendo quatro favoráveis; a seguir, foi apreciado o Projeto de Lei nº 047/2012 do Executivo Municipal, que dá nova redação ao § 2º, do art. 32, da Lei nº 2.025/2010, que dispõe sobre a organização dos serviços de transporte público coletivo de passageiros do Município de Jaguariúna, e dá outras providências. Em Discussão pediu a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto que desejou boa noite à todos e pediu desculpas por não ter mencionado o nome do futuro colega, Adilson Abracez que estava presente no Plenário, ele pediu desculpa por não tê-lo visto e não ter mencionado o nome dele; disse, ainda, que aquele projeto de lei estava tirando da Câmara a responsabilidade de determinar a tarifa social do Município para o ano vindouro; disse que a tarifa social como todo mundo sabia, era de um real, e a tarifa social era sempre votada no final do ano através de lei, discutida naquela Casa e aprovada pela maioria ou rejeitada; aquele projeto de lei tinha o único escopo de tirar o poder da Câmara de discutir o valor da tarifa social, ao invés de ser por lei, seria por decreto, ou seja, o Prefeito por decreto poderia dizer quanto era a tarifa social; então, o que eles estavam tentando no momento, foi feito uma emenda, que o projeto ficasse, o vigor da lei seria até dois mil e treze e que a tarifa social fosse pela lei, que era normal até aquele ano, sempre foi por lei, agora que era por decreto; então, ele pediu, já que a emenda não foi aprovada, que os nobres pares votassem contrário ao projeto, ou seja, porque eles iriam dar autonomia mais uma vez ao Prefeito para determinar o valor da tarifa social, aos invés de um real poderia ser um e vinte, um e trinta, enfim, ele teria autonomia para aumentar como bem entendesse ou diminuir; então, ele estava pedindo aos nobres Pares que mantivesse a vontade que aquela Casa discutisse o valor da tarifa social; agradeceu; a seguir, pediu a palavra a Vereadora Karina Valéria Rodrigues que desejou boa noite à todos e disse que, realmente, o projeto de lei era interessante porque, naquela Casa, foi discutido várias vezes a questão do ônibus, era uma história que vinha há vinte e cinco anos atrás, o contrato de ônibus foi assinado com aquela empresa, disse ao Adilson Abracez, vinte e cinco anos atrás, naquele momento foi informado a Vereadora Karina Valéria Rodrigues que eram quinze anos, daí ela disse que quinze, mais cinco, era vinte, era quinze anos atrás, ou seja, ela não conhecia contratos que durassem

quinze anos; foi assinado um contrato para quinze anos e a empresa continuava prestando um serviço péssimo, ônibus grátis aos domingos, mas não tinha, chegava atrasado, só que aquilo, a qualidade dos ônibus em Jaguariúna, sem discutir política partidária, era um problema de quinze anos atrás que se estendia até o momento, então, para aqueles que eram fanáticos por política, aquele contrato não tinha sido assinado nem na época do Tarcisio, nem na época do Gustavo, foi assinado lá atrás e a empresa com um contrato de quinze anos nunca foi dado o trabalho de melhorar a qualidade de ônibus, sendo que, e ela concordava com o Alfredo Chiavegato Neto, foi feito naquela Casa milhares de requerimentos sobre horários, qualidade, sobre trajetos, novas linhas e a empresa ignorava tudo; então, a questão era aquela, ela estava saindo daquela Câmara, graças a Deus; (naquele momento houve manifestação através de palmas); voltando a fala ela disse que eles, naquela Câmara, tinham votado um projeto que foi dela, que os ônibus deveriam ter um GPS para ver se eles passavam pelos pontos e nunca foi cumprido; então, a questão era aquela, a tarifa social deveria continuar? Deveria? A que valor? Porque as pessoas também, disse ao Vereador Alfredo Chiavegato Neto, se iludiam, ônibus em Jaguariúna custava um real, uma ova, exclamou; a tarifa de ônibus era a mais cara que tinha, a tarifa de ônibus em Jaguariúna era a mais cara do Estado de São Paulo, a pessoa pagava um real só, mais a tarifa de ônibus em Jaguariúna era a mais cara do Estado de São Paulo, tinha sido e seria a mais cara do Estado de São Paulo; então, ela achava o seguinte: se aquele projeto visava que o Prefeito tinha aquele poder, a sensibilidade, a determinação de definir de quanto seria a tarifa social, ela achava que estava na hora do transporte de Jaguariúna deixar de ser um questão política para virar uma questão de cidadania, independente de que andasse ou não; naquele momento a Vereadora foi interrompida e ela respondeu que era uma questão; o Presidente pediu o favor de parar; voltando à fala, a Vereadora Karina Valéria Rodrigues disse que era sincera, ela votava para que a decisão fosse feita no gabinete do Prefeito no ano que viria, fosse o Prefeito que fosse; a seguir, pediu, mais uma vez, a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto que, novamente, falaria aos nobres Pares, se votassem aquele artigo na lei, nos próximos anos só votaria a eficácia da lei para cada ano, era só aquilo, a participação da Câmara não seria nenhuma, ele não estava falando quem seria o Prefeito para os quatro anos, próximo ano, ele estava falando para as futuras gerações, iria ficar, para quem estivesse lá dentro, sozinho, para discutir o que seria a tarifa do Município sem a sociedade saber; (naquele momento houve manifestação através de palmas); voltando à fala, o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse que era só aquilo,

não era para pensar que o Prefeito seria o Gustavo ou Tarcisio, tinha anos, vários Prefeitos que viriam, porque não discutir com a sociedade qual o valor da tarifa, perguntou, daí sim, se eles quisessem a tarifa social, deveriam prestar um melhor serviço para a sociedade; naquele momento ele perguntou se alguém sabia o valor da tarifa no momento?, não? alguém sabia? Disse que ele sabia, dois e setenta, estava lá o decreto de dois e setenta, que era de dois mil e dez e que não tinha tido aumento, melhor dizendo, de dois mil e onze; então, o que ele estava falando era o seguinte: a tarifa do momento, básica, o Prefeito fazia por Decreto, tanto que, no primeiro ano ele jogou a três e trinta a tarifa, a população pagava um real e depois o Município pagava mais dois e trinta; diante de manifestação no Plenário, o Vereador Alfredo Chiavegato Neto respondeu que ele não estava na sessão naquele dia, sabia disso, sabia disso; houve manifestação da assembleia e o Vereador disse ainda que, no outro ano o Prefeito tinha pedido para eles que fizesse esforços para diminuir o valor da tarifa básica, não a social, a social estava um real, a tarifa básica foi por dois e setenta; naquele momento o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse a Vereadora Karina Valéria Rodrigues que ele estava viajando, foi na primeira sessão do ano de dois mil e nove, ele estava viajando e ele tinha pedido para o Presidente, na época, que não colocasse nada de vulto ou de grande responsabilidade para ser votado, infelizmente, foi para Plenário e ele não estava presente; o Presidente era o Fábio Augusto Pina; (naquele momento houve manifestação através de palmas); então, ele disse à Cara Colega que ele estava dizendo o seguinte: ele estava querendo que aquelas discussões fossem lá na Casa; disse que, antigamente, não tinha a questão de tarifa social, foi promessa de campanha do outro Prefeito que tinha que ter mexido no transporte, eles sabiam que o transporte era ruim mesmo, agora, a partir do momento que foi baixado para um real, a população tinha largado de reclamar, era um real, mas não era um real, só baixou para um real porque o Prefeito jogou a tarifa que era dois e trinta, dois e vinte para a população, a três e trinta, o dinheiro tinha saído e quem mais nadou de braçada foi a Empresa, não tinha quem controlasse a tarifa, quem controlasse a catraca; disse, ainda, que a Karina Valéria Rodrigues tinha entrado com um projeto para que o ônibus tivesse GPS, ele já tinha visto aquilo em outras cidades por aí, foi aprovado e não foi implantado, agora eles estavam tentando, se não conseguissem manter o valor da tarifa naquela Casa, daquela discussão, iriam chegar a cada ano e discutir assim: “a lei vai entrar em vigor e vai ter sua vigência até trinta e um de dezembro de dois mil e quatorze, dois mil e quinze”, e ninguém iria falar nada, acabou, iria ficar só para o Prefeito decidir, o que ele queria pedir para os

colegas era, pelo amor de Deus, para deixar aquela discussão na Casa; (houve manifestação através de palmas); voltando à fala o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse que, antigamente o Rainero Venturini tinha sido colega dele em outra legislatura e foi membro da Comissão de Transporte, toda vez que tinha um aumento de tarifa lá, a Comissão de Transporte era chamada para discutir no Gabinete junto com a Empresa e a Prefeitura; a comunidade, não, a Prefeitura, só tinha representante da Câmara lá, então, eles apresentavam planilha e o Adilson Abrucez sabia daquilo, profissional da área, conhecia, eram planilhas que as pessoas não tinham nem como argumentar, se dependesse da Empresa, a tarifa seria quatro, cinco reais porque nunca dava lucro; então, naquela época, toda vez que tinha um aumento de tarifa a Câmara era penalizada porque eles não brigavam, enfim, era lógico que eles brigavam, mas não conseguia chegar onde a população queria; no momento, iria deixar para técnicos lá dentro, Prefeito e a Empresa discutirem, o que não poderia acontecer? Ele não estava falando que poderia ser o pai dele o Prefeito, não, pelo amor de Deus! O Gustavo, ele estava falando de outros Prefeitos, se quisesse mudar o transporte tinha que ter a participação da Casa se não, não iria mudar nunca; (houve manifestação através de palmas); voltando à fala ele disse que ficava com pena dos últimos meses de mandato por estar discutindo uma coisa daquelas, tirando a responsabilidade da Casa, então pelo amor de Deus, era para pedir vista ao processo por mais uma semana, duas e discutir um pouquinho mais, porque não iriam votar daquela forma, era só isso que ele pedia para eles; (naquele momento houve manifestação na assembleia); voltando à fala, ele disse que gostaria de fazer um pedido de vista por duas semanas, tudo bem? Naquele momento o Presidente da Casa suspendeu a sessão e, logo em seguida, reabriu a sessão; ainda em discussão o projeto, pediu a palavra o Vereador Edison Cardoso de Sá que disse que algumas coisas lá, políticas, como não tinham definições daquela situação de quem era Prefeito e deixava de ser Prefeito, o que se tinha lá; naquele momento, houve manifestação e o Presidente pediu para fazer silêncio e que era para escutar o Vereador; voltando à fala, o Vereador Edison Cardoso de Sá disse que aquela situação era o seguinte, disse ao Vereador Alfredo Chiavegato Neto, que quando ele falava que não houve participação e que eles não tinham discutido o projeto e não discutiram a questão do transporte, ele queria discordar com ele em número, gênero e grau e queria dizer o seguinte: quando se falava da questão de valor do transporte, da forma que estava, foi feita uma campanha daquela vez que teve a discussão com relação ao projeto e que o projeto estava lá para ser discutido e votado; com relação à tarifa, disse que o Vereador

Alfredo Chiavegato Neto, inclusive tinha argumentado que existiam inúmeros problemas que ele sabia e todos sabiam que existiam, no começo, muito mais, os problemas tinham diminuído, mas nem daquela forma tinham deixado de existir, mas ele não tinha proposto, inclusive, ele discutiu que o projeto tinha chegado naquele momento, sendo que o projeto estava na Casa há vários dias, vários dias o projeto estava lá e aos invés de discutir, propor uma forma enfática da forma que ele estava colocando no momento para discutir o projeto, ele não quis discutir o projeto, fez uma emenda de cinquenta centavos, por quê? Porque lá era o momento de pré-eleição, então, o que valia era que, depois colocavam no jornal, como foi colocado, que eles votaram contra os cinquenta por cento e que o problema do transporte, o problema da discussão do transporte não foi transferido para discutir a questão, foi transferido para discutir uma questão de tarifa, simplesmente, para fazer política; disse que era aquela a realidade e o que estava sendo colocado, por conta de indefinições, era que se fazia aquele tipo de debate, então, ele não entraria naquilo, ele votaria da forma que estava; (houve manifestação através de vaias); pediu, novamente, a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto dizendo que ele não disse o que o Vereador Edison Cardoso de Sá falou que não tinham discutido o projeto nos anos anteriores, ele falou que deixariam de discutir se fosse votado aquele decreto, aquele projeto; disse mais uma coisa, o contrato que tinha com a Empresa que estava lá, a atual, que fazia quinze anos que estava em vigência, o contrato tinha vencido naquele ano e ele sempre cobrou naquela Casa que tinham que discutir o transporte de Jaguariúna, o contrato venceu e o Prefeito renovou por mais cinco anos; (houve manifestação na assembleia); voltando à fala, ele disse que falaria uma coisa para eles, se pegasse o Diário Oficial onde tinha saído a renovação, por mais cinco anos, lá não tinha a data do período de renovação, sabia por quê? Porque se ele ganhasse a eleição iria renovar por mais quinze, ele estava falando aquilo e se acontecesse era para cobrar ele depois, era para pegar no Diário Oficial para saber a vigência do contrato até quando iria, de uma certa forma eles conseguiram deixar em branco, a turma lá era mágica mesmo; então, ele falou uma coisa para eles, o problema de transporte em Jaguariúna precisava ser discutido e muito, foi falado em tarifa, tarifa social e a discussão tinha que ser com a Casa, com a comunidade e que lá era o local da discussão, se ele tinha apresentado a tarifa de cinquenta centavos no ano passado, que não era época de eleição, a eleição tinha começado três meses antes, se ele tinha apresentado por cinquenta centavos e ele poderia dizer que a empresa estava desde o início do ano sem receber e estava tocando lá; (houve manifestação na assembleia); voltando à fala, ele disse que se ela estava

conseguindo trabalhar sem receber do Município, era sinal de que o dinheiro não estava faltando, então, cinquenta centavos dava para fazer sim, dava para fazer; (houve manifestação na assembleia); voltando a fala ele disse que não iria falar em compromisso, naquela Casa foi aprovado a tarifa de cinquenta centavos mais o Prefeito tinha vetado, tinha vetado, então a Câmara aprovou a tarifa de cinquenta, o decreto o Prefeito que vetou; então, ele achava que aquela discussão teria que ser feita na Casa, sim, e cabia ao Vereador apresentar a tarifa que achasse necessária; agora, a maioria teria que assumir a responsabilidade como tinha acontecido, a Câmara tinha aceitado a tarifa em cinquenta centavos, foi aprovada a tarifa, o Prefeito vetou, ele não estava passando a responsabilidade para ele e para ninguém, não, a Câmara tinha aprovado; (houve manifestação através de palmas); voltando à fala, ele disse que queria somente era a discussão em Plenário daqueles problemas, era só isso que ele pedia, era para deixar aquela discussão para a Câmara participar, era lógico que tinha que ter o Executivo, a Empresa e tudo mais, ele só estava pedindo aquilo, estavam mudando o foco da discussão, mas o foco da discussão era o decreto, iria ser por decreto ou por lei? Disse achar que deveria ser por lei, era a opinião dele, era só isso, iria dar mais poder para o Prefeito? A Câmara já não fazia nada, era um departamento da Prefeitura, eles tinham que trabalhar lá; (houve manifestação através de palmas); voltando à, fala ele disse que acreditava que seria mais prudente de fazer aquilo por lei; (naquele momento houve manifestação na assembleia); a seguir, pediu, novamente, a palavra o Vereador Edison Cardoso de Sá; naquele momento houve manifestação na assembleia através de vaias e o Sr. Presidente pediu para ouvir o Vereador; voltando à fala, o Vereador Edison Cardoso de Sá disse que aquela questão quando se falava do cinquenta, na pré-eleição, foi utilizado aquilo porque quando o Vereador Alfredo Chiavegato Neto falava que a Câmara não fazia nada, não tinha feito nada, ele que não quis discutir o projeto, ele não quis debater e discutir em comissão da forma que ele estava fazendo no momento; então, ele deveria ter feito aquilo, num momento oportuno, e ser contundente para discutir em comissão os problemas dos transportes, porque, então, ele foi nos quatros anos omisso com relação ao problema; (houve manifestação na assembleia através de vaias); voltando à fala, o Vereador Edison Cardoso de Sá disse que o Vereador Alfredo Chiavegato Neto tinha sido omisso, agora, de qualquer forma, independente de qualquer questão, aquilo que ele estava colocando, era uma questão de ordem política porque não tinha definição, de qualquer forma ele lançava um desafio porque, também, ele estaria lá, quando tivesse a discussão do cinquenta centavos, a questão aliás, de projetos e cobrar

que se fizesse por cinquenta centavos, então, se o pai dele fosse Prefeito, que fizesse cinquenta, se era que dava para pagar; havendo manifestação, o Sr. Presidente pediu para que todos pudessem escutar; naquele momento o Sr. Presidente suspendeu a sessão para que fosse tirada uma dúvida; decorrido o prazo necessário para esclarecimentos, o Sr. Presidente reabriu a sessão, ainda, em discussão o mesmo projeto, pedindo, novamente, a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto que pediu ao Sr. Presidente que colocasse em votação no Plenário o pedido de vista ao processo, pediu por favor; houve manifestação na assembleia e o Sr. Presidente disse ao nobre Vereador Alfredo Chiavegato Neto que ele sabia que não poderia pedir vista porque aquele projeto estava em regime de urgência e ele sabia como procedia; foi colocado novamente em discussão e pediu a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto dizendo ao nobre Presidente que já tiveram caso parecido de projeto em regime de urgência que foi pedido vista; naquele momento o Sr. Presidente interrompeu dizendo que não teve; voltando à fala, o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse que já tiveram sim; o Sr. Presidente usando a palavra disse que não; o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse que já tiveram, então; usando a palavra o Sr. Presidente disse que discordava; (houve manifestação na assembleia); voltando à fala, o Vereador Alfredo Chiavegato Neto pediu ao Presidente que colocasse o requerimento, ele achava que era consciência da Casa pedir mais uma semana de vista; entre outras coisas disse que não era só consciência, ele achava que o Plenário deveria ser prevaletido, ele pediu para explicar disse ao Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri; aquele projeto era para ser encaminhado para a Comissão, foi encaminhado, na noite anterior já estava na pauta, a Comissão não tinha nem dado parecer; naquele momento o Sr. Presidente disse que já tinha sido lido na sessão anterior; voltando à fala, o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse que eles tinham prazo para analisar os projetos e o Presidente tinha feito a pauta no dia anterior com o projeto inserido; O Sr. Presidente disse que não; voltando à fala, o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse como não, ele tinha feito ou não? O Sr. Presidente disse que estava na Comissão, colocou na pauta; usando a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse que ele já estava com a pauta pronta; O Sr. Presidente disse que não; voltando à fala, o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse ao Presidente que ele já estava com a pauta pronta no dia anterior; O Sr. Presidente disse que, pelo Regimento teria que estar com a pauta pronta na segunda-feira para terça; o Vereador Alfredo Chiavegato Neto pediu uma questão de ordem, dizendo que, depois do ano passado que teve aquele problema com a Justiça que intercedeu na questão que tinha que estar na pauta, ele lembrava daquilo;

voltando à fala, o Sr. Presidente disse que lembrava, sim, então, tinha ficado certo do projeto entrar na Casa, ir para a Comissão e posteriormente ir para a pauta, ele entrou semana passada e já foi colocado na pauta; O Sr. Presidente disse que, o que acontecia era que a pauta tinha que ficar pronta na segunda-feira e foi colocado; naquele momento o Vereador Alfredo Chiavegato Neto pediu ao Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri o favor para jogar o requerimento de vista para o Plenário, era só isso; naquele momento o Presidente disse que não podia; (houve manifestação na assembleia) e foi colocado o projeto para discussão. A seguir, em votação o Projeto de Lei nº 047/2012 do Executivo Municipal, que dá nova redação ao § 2º, do art. 32, da Lei nº 2.025/2010, que dispõe sobre a organização dos serviços de transporte público coletivo de passageiros do Município de Jaguariúna, e dá outras providências, o mesmo obteve o seguinte resultado na votação: quatro votos favoráveis dos Srs. Edison Cardoso de Sá, Karina Valéria Rodrigues, Nalva Vieira Gama e Rainero Venturini e quatro contrários dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Derli Antonio Vicentin, Gerson Antonio e Rubens das Virgens. Obtendo empate, o Sr. Presidente teve direito a voto, em conformidade com o art. 23, II, “i”, 4 do Regimento Interno, o qual foi favorável ao referido projeto, sendo assim, o mesmo foi aprovado por cinco votos favoráveis, sendo quatro contrários; A seguir, em Segunda Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei Complementar nº 009/2012, do Executivo Municipal, dá nova redação ao parágrafo único do art. 130, da Lei Complementar nº 4/1991 (Código Tributário do Município). (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, I cc Art. 42 da LOM). Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº 034/2012 dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto e Fábio Augusto Pina, que dispõe sobre denominação de vias públicas do loteamento denominado “Residencial Santa Francisca (Quorum de deliberação: maioria simples :Art. 49, “a” § 1º, I). Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; Em seguida, em Primeira Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei Complementar nº 016/2012 do Executivo Municipal, que dispõe sobre a proibição de instalação de presídios, casas de detenção, reformatório de menores, centros de ressocialização, de detenção provisória e similares em todo o território do Município de Jaguariúna. (Quorum de deliberação: maioria absoluta :Art. 50, § 1º cc Art. 42 da LOM). Primeiramente, foi feita a Leitura do Parecer das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, com exceção das assinaturas da Vereadora Karina

Valéria Rodrigues, Presidente da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação e do Vereador Edison Cardoso de Sá, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, parecer este contrário ao projeto; tendo o referido projeto recebido parecer contrário da maioria dos membros das Comissões Competentes, o Sr. Presidente, em conformidade com o Art. 102, parágrafo único, e Art. 103, do Regimento Interno, colocou o referido parecer para apreciação do Plenário; em Discussão o Parecer contrário, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que aquele projeto visava proibir no âmbito do território municipal, a construção de presídios, reformatórios e tudo mais; disse que o Prefeito mandou a lei para a Câmara, e o parecer dado pela Comissão, a que eles faziam parte, ele, o Derli, eles foram contrários ao Projeto de Lei, porque quem legislava sobre ação penitenciária era o Governo Federal e Estadual, mas eles iriam votar contra, e pediu aos nobres Pares que votassem contra o parecer, e, posteriormente, iriam votar favoravelmente ao projeto, e que isso era uma questão de legalidade só da ação; a seguir, pediu a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá dizendo que o jogo político era interessante, quando interessava para si próprio; (houve manifestações na assembleia); o Vereador continuou dizendo que a questão era que se falava em presídio, que quem ia trazer presídio era o Prefeito que eles apoiavam, e que ele sempre apoiou, e nunca se omitiu, sempre apoiou e iria continuar apoiando, (houve manifestações na assembleia); ele disse que acontecia que se invocava ali uma questão de legalidade, que tinha ali uma questão de vício de iniciativa que se tinha dentro do ordenamento jurídico, e como ele era, como tinha dito o Fred, um simples estudante de Direito, e que ele, ainda, lia as coisas e procurava, saber, e que era o seguinte: que dali a pouco iria ter um projeto que iria tratar de transição, que também tinha vício de iniciativa, só que era interessante e ele colocava, e pedia para aprovar, e que agora ali vinha com uma questão do Requerimento, ali de uma posição, contrária à posição do projeto, e que era para verem como a questão mudava dentro do processo político; disse que, de qualquer forma, ele estavam ali, naquele dia, desmascarando aquela mentira (houve manifestações na assembleia); a seguir, pediu a palavra, novamente, o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que disse ao Vereador que ele não estava entendendo a questão da legalidade e da questão política; e disse ao nobre Vereador que quem determinava onde iria ter um presídio no País era o Governo Federal, que o Colega Vereador, o governo dele, tinha interesse para que acontecesse aqui na cidade, (houve manifestações na assembleia); disse que quem queria construir um presídio na cidade foi o Governo do Colega Vereador, e que o Governo

Federal ele representava, também, (houve manifestações na assembleia), e que eles estavam indo pela legalidade; disse que se o Governo Federal, era determinação do Governo Federal, era incumbência dele, estava na Carta Magna, era incumbência dele, o Governo Federal e Estadual, era incumbência deles; disse que o que estavam falando era questão de legalidade, e que o parecer deles foi contrário, e iriam votar contrário ao parecer, e que iria o projeto prosperar, ninguém queria presídio na cidade; disse que o Prefeito só tinha se equivocado em fazer um acordo com a turma lá, e num sábado fazer um decreto, ele foi num sábado fazer um declaração no Cartório dizendo que ele não queria, e se ele já tinha feito, porque ele estava... na verdade, foi num domingo no Cartório, que estava fechado fazer um decreto que ele não queria o presídio; disse que a conversa do presídio saiu do Gabinete, não tinha saído da Câmara, não; (houve manifestações na assembleia); disse que quem queria fazer presídio tinha sido lá, não eles, e que eles eram contra, eles eram contra, repetiu, e disse ao companheiro Vereador que eles sempre foram contra, e que ele podia ter certeza disso, e que iriam bater contra, e que ali estavam só questionando uma questão de legalidade, e que era só isso, onde ele, um futuro advogado, (houve manifestações na assembleia), e disse que se o Vereador não respeitasse a Carta Magna que era a Constituição Federal, aí, então podia tudo neste País; (houve manifestações na assembleia); a seguir, pediu a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que disse ao Vereador Fred que ele falava muito bem, mas ele falava metade da verdade, (houve manifestações na assembleia), porque o Governo Federal decidiam os presídios federais, só que a FEBEM, a Casa dos Jovens e tudo, era o Governador, que era vice do pai dele no Governo, que era o Alckmin, e disse que o Vereador falava a verdade pela metade, e que era para se prepararem, era o Governo Tucano que iria trazer uma FEBEM para cá, e iria aumentar os pedágios na cidade; (houve manifestações na assembleia); a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá que disse que a insanidade do nobre Vereador estava chegando longe, porque dizer que tinha um decreto, e depois o Prefeito mandava um projeto, e perguntou onde tinha um decreto se tinha um projeto? Disse que se tinha um projeto ali, era que não tinha decreto, e que essa questão era uma questão de palanque, e hoje o palanque deles, nessa questão estava sendo derrubada porque não tinha presídio, e a questão que ele estava colocando com relação do projeto, do processo, com relação à questão do Governo Federal que iria vir ali, e que eles iriam discutir, porque ali tinha uma lei, e eles iriam debater, e iriam ali confrontar dentro da legalidade, se era isso que ele estava dizendo porque se fosse ali como a nobre Vereadora Karina disse que tinha ali, e era verdade,

FEBEM e penitenciária estadual, então eles iriam ali, depois discutir na questão legal, debater com eles a questão da lei municipal para que não viesse aqui nenhuma cadeia estadual, nenhuma FEBEM, para o Município; comentou que como algumas pessoas tinham dito que ele não sabia falar, e que ele iria aprender falar com a senhora, e que ela iria dar uma aula para ele e que estava aguardando; (houve manifestações na assembleia); a seguir, tomou a palavra o Sr. Rainero Venturini que cumprimentou a todos, dizendo que sobre a tarifa do ônibus, como dizia o Fred... o Sr. Presidente pediu ao Vereador que ele falasse somente sobre o presídio, e não sobre as tarifas de ônibus; o Vereador disse que não tinha problema, e que o Prefeito fazia lei e derrubava lei, e tudo melhor para o povo, só que isso do presídio, na outra legislatura, houve esse comentário em Jaguariúna, e que ele estava ali e ele, Vereador Renê, também estava; e que houve esse comentário do presídio, há cinco ou seis anos atrás; disse que acontecia era que, na verdade, a turma usava isso aí como política, pois como houve lá atrás, aí soltaram: “solta aí que ele quer trazer presídio”, disse que era lógico, tudo o que o político vagabundo, no caso, ele iria falar, porque ele falava o seguinte que cada um devia mostrar o seu serviço, e que ele, graças a Deus, queria que alguém levantasse a mão, se tinha lhe procurado e ele não tinha atendido; disse que ele andava de cabeça erguida, e que tudo o que ele pôde fazer, ele fez, e que se não ajudou àquela pessoa, era porque ela não o conhecia, e nunca lhe procurou; disse que o problema era que, e pediu que o deixassem falar (houve manifestações na assembleia); e que ele, graças a Deus, ele andava de cabeça erguida, trabalhou, fez tudo o que pôde, (diante de manifestação na assembleia, o Sr. Presidente pediu para que escutassem o Vereador); e que ele achava que eles tinham que ter um pouco de educação, que eles não tinham, e que tinha gente estudada na assembleia que educação não tinha, (houve manifestações na assembleia, e o Sr. Presidente, novamente, pediu para que escutassem o Vereador); ele continuou dizendo que seu pai sempre dizia que a pessoa que tinha educação ia tomar café na cozinha, e disse que eles, nem na sala, iriam ser recebidos para tomar café, (houve manifestações na assembleia); a seguir, disse que o Prefeito, e que esse negócio do presídio não existia, e que isso era jogo político, e não adiantava querer fazer e demandar que fulano falou, citou ou não; disse que cada um tinha que fazer o seu trabalho e competia ao Prefeito se ele queria o presídio ou não, e que ninguém sabia quem iria ser o futuro Prefeito, e que era para deixar para ele decidir, e eles estavam ali para se manifestarem o contrário do que era ruim para eles, e que achava que ali, todos os projetos que beneficiavam ao povo, eles foram favoráveis, e que ele queria que eles fossem muito homens e

chamassem... porque falar em público, falar ali, todo mundo falava, e que queria que fosse homem e chegasse na sua frente e falasse: “você fez isso errado”, (houve manifestações na assembleia); disse que todo mundo falava ali, mas ninguém tinha coragem de chegar peito a peito; agradeceu; (houve manifestações na assembleia). A seguir, em votação o Parecer Contrário ao Projeto de Lei Complementar nº 016/2012, do Executivo Municipal, foi o mesmo rejeitado por cinco votos contrários, sendo três favoráveis dos Srs. Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama e Rainero Venturini; a seguir, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar nº 016/2012 do Executivo Municipal, que dispõe sobre a proibição de instalação de presídios, casas de detenção, reformatório de menores, centros de ressocialização, de detenção provisória e similares em todo o território do Município de Jaguariúna, em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei Complementar nº 017/2012 do Executivo Municipal, que institui a Contribuição de Iluminação Pública – CIP, de que trata o artigo 149-A, da Constituição Federal). Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, I cc Art. 42 da LOM). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e votação foi o referido projeto rejeitado por unanimidade de votos; 3. Projeto de Lei nº 046/2012 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto, que institui a transição democrática de governo no Município de Jaguariúna, dispõe sobre a formação de equipe de transição, define o seu funcionamento e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, I). Primeiramente, foi feita a Leitura do Parecer Conjunto da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e em votação o mesmo obteve o seguinte resultado na votação: quatro votos favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Derli Antonio Vicentin, Gerson Antonio e Rubens das Virgens e quatro contrários dos Srs. Edison Cardoso de Sá, Karina Valéria Rodrigues, Nalva Vieira Gama e Rainero Venturini. Obtendo empate, o Sr. Presidente teve direito a voto, em conformidade com o art. 23, II, “i”, 4 do Regimento Interno, o qual foi contrário ao referido projeto, sendo assim, o mesmo foi rejeitado por cinco votos contrários, sendo quatro favoráveis. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente daria início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, mas não havendo inscritos, encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia vinte e um de novembro de dois mil e doze, quarta-feira, com início determinado para às 19h30min, em conformidade com o Parágrafo Único do Art. 148 do Regimento Interno. (“Art.

148... Parágrafo Único - Recaindo a data de alguma sessão ordinária em ponto facultativo ou feriado, sem que haja qualquer deliberação do Plenário a respeito, sua realização ficará automaticamente transferida para o primeiro dia útil, seguinte, ressalvada a sessão de inauguração da legislatura, nos termos do art. 132 deste Regimento.) Dia vinte de novembro de dois mil e doze, terça-feira, quando seria realizada a vigésima sétima sessão ordinária, era feriado municipal, Dia da Consciência Negra. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri
Presidente

Vereador Fábio Augusto Pina
Vice-Presidente

Vereador Rubens das Virgens
Primeiro Secretário

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

